



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES **Ë** em Recuperação Judicial
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária de 22 de julho de 2016

- COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(Conforme item 10 do formulário de referência . artigo 9º da Instrução CVM nº 481)

- PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

(Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481)

- INFORMAÇÕES SOBRE OS INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES DA COMPANHIA PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

(conforme os itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência . artigo 10 da Instrução CVM 481)

- INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E DO CONSELHO FISCAL

(conforme item 13 do Formulário de Referência . artigo 12 da Instrução CVM 481)

ÍNDICE

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	4
COMENTÁRIOS DOS ADM.SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA.....	5
Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	18
Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes.....	19
Compensação Entre Contas	19
Conversão em Moeda Estrangeira.....	Erro! Indicador não definido.
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	Erro! Indicador não definido.
Ativos Financeiros	Erro! Indicador não definido.
Contas a Receber de Clientes.....	Erro! Indicador não definido.
Estoques	Erro! Indicador não definido.
Investimentos	Erro! Indicador não definido.
Imobilizado.....	Erro! Indicador não definido.
Intangível	Erro! Indicador não definido.
% mpairment +de Ativos Não Financeiros.....	Erro! Indicador não definido.
Contas a Pagar a Fornecedores.....	Erro! Indicador não definido.
Empréstimos e Financiamentos	Erro! Indicador não definido.
Provisões	Erro! Indicador não definido.
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	Erro! Indicador não definido.
Participação nos Lucros	Erro! Indicador não definido.
Apuração do Resultado.....	Erro! Indicador não definido.
Reconhecimento das Receitas de Vendas	24
Dividendos	24
Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis.....	24
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO.....	28



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES *Ê em Recuperação Judicial*
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES PARA COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL.....	29
INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....	35
OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	47

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

O Conselho de Administração da Inepar S.A. Indústria e Construções . Em Recuperação Judicial vem apresentar aos acionistas a seguinte proposta, a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada, em primeira convocação, em 22 de julho de 2016 (%AGO+).

Serão tratados em Assembleia Geral Ordinária os seguintes temas:

- a)** Exame, discussão e votação do relatório da Administração, das Contas e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhado do Parecer dos Auditores Independentes;
- b)** Destinação do resultado do exercício;
- c)** Eleição dos membros do Conselho de Administração;
- d)** Eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivo suplentes; e
- e)** Fixação da remuneração global anual dos órgãos da administração e dos membros titulares do Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração da Companhia sugere a aprovação da contabilização do prejuízo apurado pela Companhia, no montante de R\$ 201.096.522,98 (Duzentos e um milhões, noventa e seis mil, quinhentos e vinte e dois reais e noventa e oito centavos), para destinação para a conta de %Prejuízos Acumulados+.

Encontram-se à disposição dos senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.inepar.com.br - *link %Informações Financeiras+*):

- (i)** o Relatório da Administração;
- (ii)** as Demonstrações Financeiras;
- (iii)** o Parecer dos Auditores Independentes;

Ainda, encontram-se disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), além dos relatórios acima citados, aqueles a seguir identificados:

- (iv)** a Proposta de destinação do resultado (Anexo 9-1-II);
- (v)** formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015;
- (vi)** Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (Item 10 do Formulário de Referência);
- (vii)** a proposta de remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal;
- (viii)** o parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015;
- (ix)** todas as demais informações requeridas pelas instruções CVM 480/09 e 481/09.

São Paulo, 16 de junho de 2016.

Atilano de Oms Sobrinho
Presidente do Conselho de Administração

**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE
A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**
(Conforme Item 10 do Formulário de Referência . Int. CVM 480)

10.1. Comentários dos Diretores

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 29 de agosto de 2014, a INEPAR S.A. Indústria e Construções . em Recuperação Judicial ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo INEPAR, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05 (a LFRE).

A despeito dos esforços da administração junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira das Companhias.

A medida visou proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 15 de setembro de 2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005, o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela INEPAR S.A. Indústria e Construções . em Recuperação Judicial e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:

- i. Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
- ii. Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo INEPAR, nos termos do art. 6º, ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e o disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRE.
- iii. Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios.
- iv. Determinou a apresentação, pelas empresas, do plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRE, até o dia 24 de novembro de 2014.
- v. Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo INEPAR, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.
- vi. Em 21 de maio de 2015, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu decisão, homologando o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas empresas do Grupo INEPAR.
- vii. De acordo com o Plano de Recuperação Judicial, os credores formalizaram a escolha da sua respectiva opção de recebimento dos créditos no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano.

O foco nas operações de venda de ativos e acordos com credores específicos foram seletivamente definidos para trazerem ganhos não só financeiros, mas também, e, talvez tão importantes quanto, ganhos na estrutura de capital e na estrutura societária do Grupo INEPAR. A alienação da participação em Energisa Mato Grosso S.A., por exemplo, resultou em uma diminuição do passivo superior ao valor da efetiva venda.

O fechamento da operação de venda da participação do Grupo INEPAR na empresa Andritz Hydro Inepar, iniciado antes de a empresa peticionar a recuperação judicial, foi concretizado no ano de 2015, cujos benefícios se estendem desde o acesso a recursos para adesão ao Refis, como nos permitiram consolidar as negociações com Itiquira Energética e Swiss RE, as quais encerraram uma discussão jurídica que se estendia há anos no judiciário e que liberou, no seu fechamento, penhores judiciais sobre quase todos ativos do Grupo.

Efetuamos também a venda da participação acionária da Ilesa Projetos no capital da TIISA-Infraestrutura S.A., onde conseguimos significativos recursos financeiros para suprir as necessidades operacionais.

Concluimos ainda neste exercício a venda da participação acionária da Inepar S.A. Indústria e Construções . em recuperação judicial, no capital da Inepar Telecomunicações S.A..

Dando sequência aos procedimentos legais sobre a Recuperação Judicial, a controladora INEPAR S.A. Indústria e Construções . em recuperação judicial, realizou Assembleias com os acionistas nos dias 14 e 15 de outubro e em 25 de novembro e 28 de dezembro de 2015, visando às emissões das ações e debêntures perpétuas necessárias para cumprir os compromissos com os credores quirografários da Recuperação Judicial.

Outras operações estão sendo analisadas, visando suportar a reestruturação global do Grupo, em ativos operacionais e não operacionais. Todos os recursos já obtidos foram utilizados para a reestruturação e para capital de giro referente a atividades operacionais do Grupo INEPAR.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

A mudança positiva na estrutura de capital da INEPAR poderá ser verificada com as alterações nas principais contas de passivo e ativo do Balanço Patrimonial do Grupo nas Demonstrações Contábeis da INEPAR S.A. Indústria e Construções . em recuperação judicial: de 2014 para 2015, a INEPAR registrou uma redução contábil de R\$ 1.539 milhões em seu passivo exigível e um incremento de R\$ 1.154 milhões em seu patrimônio líquido. Entretanto, mesmo com essa melhora substancial, o patrimônio líquido do Grupo Inepar permaneceu negativo em [R\$ 349,4 milhões].

O quadro abaixo mostra a evolução da dívida em relação à evolução dos ativos da Companhia para os últimos 3 exercícios (2013, 2014 e 2015), considerando os financiamentos e empréstimos mais as debêntures.

Endividamento e Total de Ativos	Reapresentado		
	2015	2014	2013
Em R\$ mil			
Endividamento Financeiro de Curto Prazo	313.166	1.689.460	1.304.067
Endividamento Financeiro de Longo Prazo	272.179	23.851	488.340
total	585.345	1.713.311	11.792.363
total dos Ativos	2.285.555	2.670.504	3.197.345
proporção	26%	64%	56%

i. Hipótese de resgate

Não existe provisão para resgate de ações ou quotas de capital.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Em caso de resgate, a Companhia adotará fórmula, observada as disposições legais.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A empresa ajuizou em 29/08/2014 pedido de recuperação judicial, tendo a aprovação ocorrida em 13 de maio de 2016 e adotou os procedimentos descritos no Plano de Recuperação Judicial para liquidação de seus compromissos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além de recursos próprios, ou seja, gerado pela atividade operacional, a Companhia está cumprindo o programa de alienações de ativos previstos no Plano de Recuperação Judicial para gerar recursos necessários para cumprir as necessidades de capital de giro.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Conforme descrito acima a Companhia está utilizando recursos de alienações de ativos para enfrentar possíveis deficiências de liquidez.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

R\$ mil	Reapresentado	
	31/12/2015	31/12/2014

Endividamento financeiro de curto prazo

Empréstimos e Financiamentos	197.211	1.123.416	1.004.230
Debêntures	115.955	566.044	299.837
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(5.114)	(4.833)	(97.032)
Total Curto Prazo	308.052	1.684.627	1.207.035

Endividamento financeiro de longo prazo

Empréstimos e Financiamentos	272.179	23.851	280.434
Debêntures	-	-	207.862
Total Longo Prazo	272.179	1.708.478	1.695.331

Estão incluídos nas dívidas lançadas no curto prazo os valores que estão a vencer nos próximos 12 meses bem como os valores que a Companhia está negociando com os bancos credores. As dívidas correntes foram contraídas para utilização em capital de giro.

i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes (valores em R\$ mil)

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Modalidade				
Adiantamento de Câmbio		-	-	14.114
Arrendamentos Financeiros		-	17.061	12.602
Ativo Permanente	18.701	528.262	31.467	697.124
Capital de Giro	55.987	71.918	148.904	115.422
Investimento	-	285.942	-	285.942
Custos com transf. Financeiras	-	-	(221)	(1.788)
Total Circulante	74.688	886.122	197.211	1.123.416
Não Circulante				
Modalidade				
Adiantamento de Câmbio	-	-	23.244	-
Arrendamentos Financeiros	245.405	-	249.023	9.949
Ativo Permanente	-	390	-	1.990
Capital de Giro	-	-	-	12.221
Custos com trans. Financeiras	-	-	(88)	(309)
Total Não Circulante	245.405	390	272.179	23.851
Total de Empréstimos e Financiamentos	320.093	886.512	469.390	1.147.267
Por Data de Vencimento				
Vencidos	57.588	885.909	154.700	946.309
Em até 12 meses	17.100	213	42.802	94.205
De 1 a 2 anos	38.600	390	42.485	87.814
De 2 a 3 anos	40.518	-	42.455	18.939
De 3 a 4 anos	49.576	-	51.513	-
De 4 a 5 anos	61.970	-	63.907	-
Acima de 5 anos	54.741	-	71.528	-
Total de Empréstimos e Financiamentos	320.093	886.512	469.390	1.147.267
Por Tipo de Moeda				
Reais - R\$	320.093	886.512	433.380	1.118.648
Dólar Norte-Americano - R\$	-	-	36.010	28.619
Total de Empréstimos e Financiamentos	320.093	886.512	469.390	1.147.267

Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 3,90 em 31 de Dezembro de 2015 (R\$ 2,66 em 31 de dezembro 2014).

A redução dos saldos dos empréstimos e financiamentos ocorreu em função da conversão dos passivos em debêntures perpétuas e ou ações emitidas pela Companhia, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial.

Destacamos também a liquidação parcial dos passivos junto ao BNDES, através da cessão da participação acionária da CEMAT, no valor de R\$ 151.792 mil, conforme Termo de abertura de proposta constante do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A classificação do nível de endividamento da Companhia como sendo de garantias reais, flutuantes e quirografárias, disposto no item 3.8 do formulário de referencia, é de caráter informativo e na hipótese de liquidação, seguirá o destino de acordo com o grau de subordinação e classificação dos credores, conforme previsão legal.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

As cláusulas e condições existentes nos contratos financeiros para fins de garantia não caracterizam restrições significativas que possam causar limitações na gestão da Companhia.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem limitações à utilização dos financiamentos já contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações significativas nas demonstrações financeiras consolidadas foram:

Para melhor entendimento e maior facilidade de verificação por parte dos acionistas sobre as variações, reproduzimos abaixo resumo do demonstrativo de resultado destacando itens de maior importância, de forma analítica vertical e horizontal dos últimos três exercícios.



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES *Em Recuperação Judicial*
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

ANALISE VERTICAL (COMPARATIVA ANO/ANO ANTERIOR) - R\$ MIL	CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE CADA EXERCÍCIO							
	2015	V	H	2014	V	H	2013	V
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	451.017	100%	-27,18%	619.331	100%	-42,07%	1.069.064	100%
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	-279.727	-62,02%	78,65%	-766.801	-123,81%	-16,08%	-913.719	-85,47%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	171.290	37,98%		-147.470	-23,81%		155.345	14,53%
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	-328.637	-72,87%	-53,44%	-705.776	-113,96%	21,44%	-581.173	-54,36%
Gerais e Administrativas	-100.519	-22,29%	-14,89%	-118.103	-19,07%	-21,07%	-149.627	-14,00%
Despesas com Vendas	-15.550	-3,45%	-33,32%	-23.322	-3,77%	11,23%	-20.968	-1,96%
Despesas Financeiras Líquidas	-114.595	-25,41%	-43,77%	-203.796	-32,91%	-24,02%	-268.239	-25,09%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-90.739	-20,12%	-75,59%	-371.714	-60,02%	1316,22%	-26.247	-2,46%
Equivalência Patrimonial	-7.234	-1,60%	-164,83%	11.159	1,80%	-109,61%	-116.092	-10,86%
RESULTADO OPERACIONAL	-157.347	-34,89%	-81,56%	-853.246	-137,77%	100,37%	-425.828	-39,83%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-193.939	-43,00%	2215,41%	-8.376	-1,35%	94,61%	-4.304	-0,40%
RESULTADO ANTES DO IRPJ + CS	-351.286	-77,89%	-59,23%	-861.622	-139,12%	100,32%	-430.132	-40,23%
Prejuízo Líquido do Exercício	-201.097	-44,59%	-74,27%	-781.437	-126,17%	92,82%	-405.271	-37,91%

Apresentamos abaixo a composição das contas com as variações:

Em R\$ mil					
ATIVO			2014		2013
CIRCULANTE	2015	H	CONSOLIDADO	H	CONSOLIDADO
	CONSOLIDADO		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Caixa e equivalentes de caixa	5.114	5,81%	4.833	-95,02%	97.032
Clientes	260.017	61,23%	161.267	-47,33%	306.162
Títulos a receber	21.866	21,96%	17.929	-67,42%	55.026
Créditos de impostos	43.708	55,60%	28.090	-36,92%	44.528
Estoques	242.266	-35,50%	375.581	-8,51%	410.510
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	257.962	62,95%	158.303	20,75%	131.099
PERMANENTE					
Investimento	262.677	-57,81%	622.574	-11,50%	703.481
Imobilizado	381.675	-7,25%	411.502	3,56%	397.373
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	99.070	-51,77%	205.405	34,17%	153.093
Financiamentos e empréstimos	197.211	-82,45%	1.123.416	11,87%	1.004.230
Salários e encargos sociais	274.474	-16,21%	327.570	54,83%	211.568
Impostos e contribuições a recolher	297.548	47,39%	201.876	40,17%	144.023
Provisão de custos e encargos	347.793	0,03%	347.682	105,27%	169.374
Adiantamentos de clientes	86.833	-54,38%	190.334	-33,51%	286.259
Debêntures	115.955	-79,51%	566.044	88,78%	299.837
Outras contas a pagar	185.894	224,69%	57.252	13,52%	50.435
PASSIVO					
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	272.179	1041,16%	23.851	-91,49%	280.434
Impostos e contribuições a recolher	445.622	-31,27%	648.343	141,53%	268.429
Provisão para contingências	124.921	-52,01%	260.301	159,55%	100.291

10.2. Comentários sobre os resultados das operações da Companhia, descrição de componentes importantes da receita e fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia nos exercícios de 2013 a 2015 foi gerada pelos segmentos abaixo descritos, e apresentaram os seguintes valores:



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES Ë em Recuperação Judicial
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

Consolidado Em 31 Dezembro de 2013	Geração & Eqtos	Constr.& Montagens	Comp. Reativa	Oleo&Gás	Total
Receita bruta total	237.429	52.617	22.207	843.712	1.155.965
Impostos/Deduções	(25.270)	(5.693)	(5.148)	(47.202)	(83.313)
Custos dos Produtos e Serviços	(194.080)	(19.730)	(12.449)	(691.048)	(917.307)
Margem Bruta	18.079	27.194	4.610	105.462	155.345

Consolidado Em 31 Dezembro de 2014	Geração & Eqtos	Constr.& Montagens	Comp. Reativa	Iesa- Oleo&Gás	Total
Receita bruta total	133.963	42.940	26.040	441.786	644.729
Impostos/Deduções	(946)	(1.481)	(6.187)	(16.784)	(25.398)
Custos dos Produtos e Serviços	(215.692)	(28.524)	(15.375)	(507.210)	(766.801)
Margem Bruta	(82.675)	12.935	4.478	(82.208)	(147.470)

Consolidado Em 31 dezembro de 2015	Geração & Eqtos	Constr.& Montagens	Comp. Reativa	Iesa- Oleo&Gás	Total
Receita bruta total	144.233	21.008	24.559	306.520	496.320
Impostos/Deduções	(17.254)	(891)	(5.688)	(21.470)	(45.303)
Custos dos Produtos e Serviços	(98.705)	(11.420)	(14.083)	(155.519)	(279.727)
Margem Bruta	28.274	8.697	4.788	129.531	171.290

- **Segmento de Geração & Equipamentos:** As principais divisões de negócios da nossa controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., a qual conta em Araraquara-SP com um parque industrial instalado de 823.000 m² de terreno e área coberta superior a 150.000 m², são as seguintes:

- ❖ **Divisão de Movimentação de Materiais e Mineração:** Pontes rolantes e inúmeros equipamentos para movimentação de minério.
- ❖ **Divisão de Equipamentos de Processo:** Fabricação e montagem de unidades de processo para refinarias, plantas químicas e petroquímicas, celulose e papel, cimento, cervejarias e indústria alimentícia. Uma das principais fornecedoras de equipamentos para a Petrobras.
- ❖ **Divisão de Geração de Energia:** Refere-se à fabricação de geradores e turbinas para usinas hidrelétricas.
- ❖ **Divisão de Equipamentos Hidromecânicos:** Produz todos os equipamentos necessários à montagem de uma usina hidroelétrica como comportas, condutos forçados, grades, barramentos blindados e servomotores.
- ❖ **Divisão de Compensação Reativa:** Atua fortemente nos setores de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, com a fabricação e fornecimento de equipamentos para melhorar a eficiência dos Sistemas Elétricos.

- ❖ **Segmento de Construção & Montagem:** Voltado para os negócios em infraestrutura e saneamento
- ❖ **Divisão de Transporte Metroviário:** Reforma e modernização de trens de passageiros.
- ❖ **Segmento de Óleo & Gás:** No mercado de óleo & gás, estamos fortalecendo nossa participação, através da subsidiária IESA Óleo & Gás e de suas participações.

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

A receita operacional bruta consolidada neste exercício atingiu o montante de R\$ 496,3 milhões contra R\$ 644,7 milhões no exercício de 2014, representando uma redução de 23%. Os motivos deste decréscimo referem-se às dificuldades de financiamento do capital de giro enfrentada pelas empresas do Setor, com diminuição drástica dos volumes de crédito frente ao cenário macroeconômico brasileiro de atividade econômica abaixo do esperado, aumento da inflação, das taxas de juros e da desvalorização do Real frente ao Dólar.

A Companhia e suas coligadas tem hoje um grande volume de discussão de pleitos e adicionais contratuais junto aos clientes e, a grande dificuldade na recomposição da receita através dos receiptamentos destes pleitos e adicionais, considerando que já houve a contabilização dos custos já incorridos relativamente a estes pleitos, fez com que a margem bruta sofresse decréscimo em relação aos exercícios anteriores.

As regras do IFRS impedem a Companhia de provisionar estas receitas, mesmo quando já contabilizados os custos incorridos relativos a estes pleitos e adicionais:

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A variação da Receita Líquida nem sempre pode ser justificada por alterações de volumes, pois os produtos e serviços fornecidos por ela são altamente customizados, o que difere a precificação a cada novo projeto que participa. Ressaltamos que o nosso negocio de produção de bens de capital, segue uma lógica de receiptamento diferente das de produtos de consumo que trabalha com linha de produção. No nosso caso atentamos primeiro na longevidade do ciclo produtivo e segundo, na clientela específica que requer produto com especificações únicas para o seu projeto.

Nos últimos três anos não houve introdução de novos produtos e serviços que causaram grandes variações de receitas.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no nosso resultado financeiro

O nível de inflação impacta a nossa precificação na medida em que o custo de insumos é afetado. Buscamos nos proteger das oscilações de preço de efeitos inflacionários através de cláusulas de reajuste de preços nos contratos que temos em carteira. Não podemos quantificar neste momento o impacto desse custo já que buscamos equilíbrio contratual junto aos clientes corrigindo sempre que possível às devidas altas inflacionária.

A variação cambial sobre insumos causa pouco impacto, pois nossa estrutura de custos é baseada em sua maioria em matérias-primas de origem nacional, onerando pouco o resultado.

10.3. Comentários sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4. Comentários sobre mudanças significativas nas práticas contábeis:

a. Mudanças significativas nas praticas Contábeis

No processo de convergência ao IFRS (*International Financial Reporting Standards*) conforme as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as principais mudanças com impactos sobre as políticas contábeis adotadas pela Companhia ocorreram a partir de 2010 com ajustes retroativos à 2009 foram:

A mensuração de determinados ativos financeiros disponíveis para venda, pelo valor justo, com a contrapartida registrada diretamente no patrimônio líquido. O reconhecimento da receita de vendas pelo seu valor justo, com o respectivo ajuste a valor presente das contas a receber de longo prazo e de curto prazo quando relevantes.

O ajuste do custo de aquisição de ativos e da contratação de serviços ao valor justo, com o respectivo ajuste a valor presente das contas a pagar de longo prazo e de curto prazo quando relevantes.

A realização de testes de recuperabilidade dos ativos nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01, sempre que houver indicações internas ou externas de que estes possam estar desvalorizados.

Criação da conta de ajuste de avaliação patrimonial para contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os efeitos contábeis por ocasião da implantação do IFRS já foram apurados e demonstrados em 2009 e 2010.

i. Custo atribuído ao imobilizado

A Companhia apurou o valor justo de máquinas e equipamentos e utilizou esse valor como o custo atribuído desses ativos na data de transição de implantação do IFRS, com revisão com laudo pericial foi efetuada para o balanço de 2011 nas Companhias controladas.

O efeito do custo atribuído foi refletido na conta do patrimônio líquido da Companhia com um aumento de R\$ 94,5 milhões no balanço de 2009.

ii. Revisão da vida útil do imobilizado e intangível

A partir da data de transição a Companhia revisou as estimativas de vida útil dos ativos imobilizado e intangível de suas controladas, e conseqüentemente, alterou suas taxas anuais de depreciação e amortização.

iii. Baixa de acervo técnico

Não se aplica

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos nossos auditores não contém, apenas ênfases conforme abaixo:

Ênfases

i) Recuperação judicial

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Inepar S.A. Indústria e Construções . em recuperação judicial encontra-se em recuperação judicial desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado pela Companhia foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Os efeitos das conversões das dívidas quirográficas, inclusive das empresas ligadas, em ações e debêntures perpétuas da Inepar S.A. Indústria e Construções . em recuperação judicial foram refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2015. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, as quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de atividades. A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2015, passivo à descoberto de R\$ 335.252 mil, prejuízo do exercício de R\$ 201.097 mil e passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 508.937 mil. A efetiva execução do plano de recuperação aprovado definirá a perspectiva da Companhia fazer face aos seus compromissos e dar continuidade normal às suas operações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

ii) Cancelamento de contrato de fornecimento pela empresa controlada IESA Óleo e Gás S.A. . em recuperação judicial para o cliente Tupi BV / Petrobras

Conforme descrito na nota explicativa nº 24 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o contrato de fornecimento de grandes equipamentos flutuantes para produção, estocagem e transferência de petróleo, pela empresa controlada indireta IESA Óleo e Gás S.A. . em recuperação judicial, para o cliente Tupi BV, empresa do Grupo Petrobras, foi rescindido unilateralmente pelo cliente. Conforme previsto em cláusula contratual, será instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, valores registrados nas rubricas de contas a receber, adiantamentos a fornecedores, estoques e provisão para custos a incorrer. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

iii) Mútuo a receber de pessoa ligada . Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. . em recuperação judicial

Conforme descrito na nota explicativa nº 23 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2015 encontram-se registrados, no grupo de Partes Relacionadas, no Ativo Não Circulante, R\$ 45.239 mil nas demonstrações contábeis individuais e R\$ 176.266 nas demonstrações consolidadas, referentes à mútuos a receber da sociedade Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. . em recuperação judicial. A realização destes saldos está vinculada a execução do plano de recuperação judicial aprovado pelos credores e homologado judicialmente, de maneira a viabilizar a continuidade das operações por parte da administração da pessoa ligada. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

iv) Debêntures a receber da Ibrafem Estruturas Metálicas

Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia mantém registrados saldos a receber de R\$ 13.071 mil nas demonstrações contábeis individuais e R\$ 72.264 mil nas demonstrações contábeis consolidadas, referentes a debêntures não conversíveis emitidas pela Ibrafem Estruturas Metálicas S.A. que, por sua vez, tem como principal ativo a participação no capital social da Sadefem Equipamentos e Montagens S.A.- em recuperação judicial. A realização desse saldo a receber de debêntures está vinculada a execução do plano de recuperação judicial aprovado pelos credores e homologado judicialmente, de maneira a viabilizar a continuidade das operações por parte da administração da pessoa ligada. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

v) Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014

Conforme descrito na nota explicativa nº 4 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas sob esta denominação, como previsto no CPC 23 . Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) . Apresentação das Demonstrações Contábeis, incorporando o estorno da reversão, realizada de forma inadequada no exercício de 2013, de passivos incluídos no Refis (Lei nº 12.865/13 de 09 de outubro de 2013) que não estavam em consonância com a referida Lei, bem como, o reconhecimento como despesa financeira dos juros incorridos no exercício de 2014 sobre esses passivos revertidos em 2013. Auditamos e concordamos com esse ajuste. O referido erro foi objeto de parágrafo no relatório de auditoria, com abstenção de opinião, que emitimos sobre as demonstrações originalmente apresentadas, conforme citado no tópico de %Outros Assuntos+deste relatório.

Outros assuntos

I) Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual e consolidada, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

II) Auditoria dos valores correspondentes . demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 originalmente apresentadas

Anteriormente fomos contratados para auditar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício de 2014 originalmente apresentadas. No entanto, devido à relevância e abrangência dos seguintes assuntos descritos na seção **Bases para a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis**, que reproduzimos a seguir, emitimos relatório de auditoria, datado de 29 de abril de 2015, com abstenção de opinião sobre as referidas demonstrações contábeis. Os assuntos que nos levaram a essa abstenção foram: a) Recuperação Judicial . plano ainda não aprovado pelos credores até a emissão de nosso relatório; b) Mútuo a receber da empresa ligada Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. . em recuperação judicial, no montante de R\$ 131.026 nas demonstrações contábeis consolidadas, cuja realização somente poderia ser viável se o plano de recuperação fosse aprovado pelos credores, possibilitando assim a continuidade das operações da referida empresa; c) Debêntures a receber da empresa Ibrafem Estruturas Metálicas S.A., nos montantes de R\$ 11.189 mil nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 70.382 mil nas demonstrações contábeis consolidadas. Como a Ibrafem tem como principal ativo a participação no capital social da Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. . em recuperação judicial, a realização desse saldo somente poderia ser viável se o plano de recuperação fosse aprovado pelos credores;

d) Encontros de contas de saldos quirografários entre empresas ligadas que foram contabilizados, cuja validade, contudo, dependia da aprovação do plano de recuperação judicial; e) Inexistência de saldos de passivo em 31 de dezembro de 2014 referente a Refis (Lei nº 12.865/13 de 09 de outubro de 2013), nos montantes de R\$ 277.450 mil nas demonstrações contábeis individuais e de R\$ 346.925 mil nas demonstrações contábeis consolidadas, e da correspondente despesa financeira no resultado desse exercício, em função de sua indevida reversão no exercício de 2013; f) Impossibilidade de obtenção de evidências de auditoria sobre a adequação das quantidades registradas nos estoques da IESA Óleo e Gás . em recuperação judicial, empresa controlada indiretamente, e do respectivo saldo de R\$ 130.206 mil registrado nas demonstrações contábeis consolidadas, em função do inventário físico dos mesmos ainda estar em andamento quando da conclusão de nossos trabalhos; g) Impossibilidade de obtenção de evidências de auditoria sobre a adequação do saldo de R\$ 52.155 mil registrado nas demonstrações contábeis consolidadas referente à participação minoritária da controlada indireta



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES **Ë em Recuperação Judicial**
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

IESA Óleo e Gás S.A. . em recuperação judicial em negócios constituídos na forma de Consórcios.

10.5. Comentários dos Diretores - Políticas Contábeis Críticas:

Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente %GPCs+) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial nessas demonstrações.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente %GPCs+) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constante nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da INEPAR S.A. INDÚSTRIAS E CONSTRUÇÕES - em Recuperação Judicial e suas controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00

Quanto à participação da Companhia na controlada IESA . Projetos Equipamentos e Montagens S.A . em Recuperação Judicial, estamos considerando o percentual de 100% em virtude de a mesma apresentar patrimônio líquido negativo.

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela NBC TG 36, dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

Conversão em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; b) recebíveis; c) disponíveis para venda e d) outros ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram

adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes e demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias $\%_{a+}$ e $\%_{b+}$ acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado ($\%_{impairment+}$).

Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros

efetiva menos a provisão para **%impairment+** (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para **%impairment+** se necessária.

Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Investimentos

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Imobilizado

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

ÍmpairmentÍ de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de **impairment** sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por **impairment** é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do **impairment**, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido **impairment**, são revisados para a análise de uma possível reversão do **impairment** na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por **impairment**.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (constructive obligation), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

Participação nos Lucros

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas.

No consolidado, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e, no consolidado, inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos, de acordo com a Resolução CFC no. 1.411/12 que deu nova redação à Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 17 . Contratos de Construção do Conselho Federal de Contabilidade.

Reconhecimento das Receitas de Vendas

As receitas de vendas, no consolidado, compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda; e

(iv) pelo método da percentagem completada, a receita do contrato é reconhecida na Demonstração do Resultado nos períodos contábeis em que o trabalho for executado, o mesmo ocorrendo com os custos do trabalho com os quais se relaciona, conforme determina a NBC TG 17 . Contratos de Construção.

Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) ~~impairment~~+dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2015. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

“ IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e revisado em outubro de 2010. O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A determinação deve ser feita no momento inicial da contratação do instrumento financeiro. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39. A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em ~~Outros resultados abrangentes~~+e não no resultado do período. A orientação incluída no IAS 39 sobre impairment dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

~ IFRS 15 . Receita de contratos com clientes . Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. Essa norma entrará em vigor em 2018 e substitui a IAS 11 . Contratos de construções, IAS 18 . Receitas e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui uma área de Auditoria Interna atuante na revisão dos controles internos de acordo com calendário ou cronograma de trabalho para cada exercício social, de forma a verificar e evidenciar a segurança e a integridade das informações contábeis e fiscais.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas em 31/12/2015, que com base nesta avaliação a Administração concluiu como sendo os controles internos eficazes.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O relatório sobre os procedimentos contábeis e de controles internos referentes ao exercício de 2015 foi elaborado pelos nossos auditores e não foram identificadas deficiências relevantes nos controles da Companhia.

As recomendações dos auditores são analisadas e são implementadas quando devidas.

10.7. Comentários referentes a ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição,

Não aplicável.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 Itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras:

a. os ativos e passivos detidos por nós, direta ou indiretamente, que não aparecem no nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. contratos de construção não terminada**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Na data deste documento, não tínhamos quaisquer operações ou compromissos não registrados nas nossas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10. Principais elementos do plano de nossos negócios:

a. investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e de desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos):

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a nossa capacidade produtiva

c. novos produtos e serviços

Não se aplica

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados anteriormente

Comentamos abaixo os setores que influenciaram positivamente para o desempenho operacional da Companhia.

Não se aplica



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES Ë em Recuperação Judicial
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

Nos termos do Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 002/2015, item 2.4.2, conforme decisão do Colegiado de 27/09/2011 (Processo CVM RJ/2010-14687), as Companhias que tenham apurado prejuízo no exercício ficam dispensadas da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

**INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS INDICADOS PELOS
ACIONISTAS CONTROLADORES PARA COMPOR
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL**

i. Informações sobre os candidatos indicados pelos acionistas controladores para compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, cumprindo mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2018 e 2017, respectivamente (artigo 10

Instrução CVM 481/09).

12.6 Com relação aos membros dos conselhos serão indicados os seguintes membros:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A) Com relação aos membros do conselho de administração, serão indicados os seguintes membros.

Nome	Data de Nascimento	profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data da eleição e data da posse	Prazo de Mandato	Indicação do controlador	Outros cargos exercidos na Companhia
Atilano de Oms Sobrinho	26/08/1942	advogado	000.848.409-00	Conselheiro Presidente	22/07/2016 22/07/2016	2 anos	Sim	nenhum
Cesar Romeu Fiedler	12/01/1955	engenheiro	274.914.719-00	Conselheiro Titular	22/07/2016 22/07/2016	2 anos	Sim	nenhum
Di Marco Pozzo	26/11/1941	advogado	001.621.089-15	Conselheiro Titular	22/07/2016 22/07/2016	2 anos	Sim	nenhum
Irajá Galliano Andrade	25/12/1953	economista	139.478.939-49	Conselheiro Titular	22/07/2016 22/07/2016	2 anos	Sim	Diretor de RI
Jauneval de Oms	12/11/1945	empresário	021.617.377-91	Conselheiro Titular	22/07/2016 22/07/2016	2 anos	Sim	nenhum
Valdir Lima Carreiro	12/04/1949	engenheiro civil	017.353.909-25	Conselheiro Titular	22/07/2016 22/07/2016	2 anos	Sim	nenhum

B) Fornecer as informações mencionadas no item (a) em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

A Companhia em questão possui um Comitê de Relações com o Mercado de Capitais, constituído pelos seguintes membros:

Comitê de Relações com o Mercado de Capitais	
Atilano de Oms Sobrinho	Chairman
Cesar Romeu Fiedler	
Jauneval de Oms	
Valdir Lima Carreiro	

C) Informações sobre os membros do Conselho de Administração.

(i) Currículo, contendo as seguintes informações:

(i.i) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos; e

(i.ii) Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

- **ATILANO DE OMS SOBRINHO**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 388.878-9 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 000.848.409-00, residente e domiciliado em São José dos Pinhais, Estado do Paraná, com endereço profissional na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 373, 11º andar, conjunto 1.101, bairro Centro, CEP: 80.410-180, em Curitiba, Estado do Paraná. Graduado Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba. Iniciou sua carreira no ano de 1978 como Diretor Geral da Inepar S.A. Indústria e Construções. Em 1984 assumiu como Diretor Presidente da holding - Inepar Administração e Participação S.A., onde permaneceu até maio de 2008. Em 1989 assumiu a presidência da Inepar S.A. Indústria e Construções, onde atuou até janeiro de 2012. Ainda, foi Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Inepar Energia S.A. Atualmente é

Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Inepar Equipamentos e Montagens S.A., e Presidente do Conselho de Administração da Inepar S.A. Indústria e Construções, da IESA Óleo & Gás S.A. e da IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

- **CESAR ROMEU FIEDLER**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 1.185.194 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 274. 914.719-00, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná, com endereço profissional na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 373, 11º andar, conjunto 1.101, bairro Centro, CEP: 80.410-180. Formado como Engenheiro Mecânico pela Universidade Federal do Paraná, possui pós graduação em Administração de Companhias/Finanças e especialização em Segurança Industrial. Começou trabalhar na Organização Inepar em 1975, como programador de computadores, onde desenvolveu carreira na área de Tecnologia da Informação. Na companhia paranaense, desenvolveu uma bem sucedida carreira, passando a analista de sistemas, chefe e depois gerente do setor de projetos e análise de sistemas, diretor administrativo e, ainda, diretor de planejamento e finanças. Antes de assumir a Presidência da Inepar S.A. Indústria e Construções, ocupava a diretoria geral da Landis & Gyr Inepar, hoje Siemens Metering, em Curitiba-PR, também foi membro do Conselho de Administração Inepar Energia S.A. Atualmente é membro do Conselho de Administração da IESA Óleo & Gás S.A., IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e da Inepar S.A. Indústria e Construções.

- **DI MARCO POZZO**, brasileiro, viúvo, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 323.563-7 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 001.621.089-15 e na OAB/PR nº 5.174, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná, com endereço profissional na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 373, 13º andar, conjunto 1.301, bairro Centro, CEP: 80.410-180. Graduado Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba. Iniciou sua carreira na assessoria jurídica de grandes Companhias. No ano de 1973 assumiu a gerência jurídica da Inepar S.A. Indústria e Construções, onde em 1989 passou a Diretor Jurídico, também foi membro do Conselho de Administração da Inepar Energia S.A. Atualmente é membro do Conselho de Administração da IESA Óleo & Gás S.A., da IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., da Inepar Equipamentos e Montagens S.A., e da Inepar S.A. Indústria e Construções e Inepar Equipamentos e Montagens S.A.

- **IRAJÁ GALLIANO ANDRADE**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade RG nº 405.211.249-9 SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob nº 139.478.939-49, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná, com endereço profissional na Rua Mayrink Veiga nº 9, 14º andar, bairro Centro, CEP: 20.090-050, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Formado em Ciências Econômicas pela UFPR, possui MBA Gestão Companhiarial pela ISAD/PUC. Curso de extensão %Managing in a Global Environment+. University of Texas . Austin . Texas. Atuou como Diretor Executivo da Inepar S.A. Indústria e Construções. Atualmente é Diretor Administrativo Financeiro na Iesa Óleo e Gás S.A. e da IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., Diretor de Relações com Investidores da Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e Inepar S.A. Indústria e Construções e membro do Conselho de Administração da Inepar S.A. Indústria e Construções.

- **JAUNEVAL DE OMS**, brasileiro, viúvo, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 479.964-0 SSP/PR e inscrito CPF/MF sob nº 021.617.377-91, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná, com endereço profissional na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 373, 13º andar, conjunto 1.301, bairro Centro, CEP: 80.410-180. Formado em Ciências Contábeis pela Fundação de Estudos Sociais de Curitiba e Técnico em Contabilidade pela Com. Visconde Cayru de Curitiba. Iniciou sua carreira no ano de 1973 como Gerente Administrativo e

Financeiro da Inepar Administração e Participação S.A., passando em 1984 ao cargo de Diretor Executivo e, em maio de 2008 assumiu como Diretor Presidente onde ainda permanece. Também, foi e Diretor Administrativo financeiro da Inepar Energia S.A. Atualmente é Diretor Administrativo Financeiro da Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e membro do Conselho de Administração da IESA Óleo & Gás S.A., da IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., da Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e da Inepar S.A. Indústria e Construções.

- **VALDIR LIMA CARREIRO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade RG nº 731.797-2 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 017.353.909-25, residente e domiciliado em Pinhais, Estado do Paraná, na Rua Mayrink Veiga nº 9, 14º andar, bairro Centro, CEP: 20.090-050, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira como encarregado do Setor de Medições, foi auxiliar de engenharia em 1974 na Companhia Metropolitana de Construções. Em 1978 atuou como engenheiro civil na Companhia Farid Surugi S.A., onde passou a Técnico em Tecnologia Industrial e após assumiu como Gerente Técnico até o ano de 1981. Em março de 1981 iniciou na Inepar S.A. Indústria e Construções, na função de Gerente Coordenador de Contratos. Também foi membro do Conselho de Administração Inepar Energia S.A. Atualmente é membro do Conselho de Administração da IESA Óleo & Gás, da IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., da Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e da Inepar S.A. Indústria e Construções.

D) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 (cinco) anos.

(i) Qualquer condenação criminal.

Não há.

(ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas.

Não há.

(iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não há.

E) Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores do emissor:

- (i) Administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
- (i) Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;
- (i) Administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras, diretas ou indiretas do emissor.

Nome	Parentesco em Primeiro Grau
Atilano de Oms Sobrinho	Irmão
Jauneval de Oms	

F) Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

(i) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor.
Não aplicável

(ii) Controlador direto ou indireto do emissor.

Nome	CPF	Pessoa Relacionada (CNPJ)	Cargo na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação	Tipo de Pessoa
Atilano de Oms Sobrinho	000.848.409-00	Inepar Administração e Participações S.A. (45.542.602/0001-09)	Diretor sem designação específica	Controle	Acionista do Controlador Direto
Jauneval de Oms	021.617.377-91		Diretor Presidente	Controle	Acionista de Controlador Direto
Cesar Romeu Fiedler	274.914.719-00		-	Controle	Acionista de Controlador Direto
Valdir Lima Carreiro	017.353.909-25		-	Controle	Acionista do Controlador Direto
Di Marco Pozzo	001.621.089-15		Diretor sem designação específica -	Controle	Acionista do Controlador Direto

G) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.
Não aplicável.

CONSELHO FISCAL

Nome	Data de Nascimento	profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data da eleição e data da posse	Prazo de Mandato	Indicação do controlador	Outros cargos exercidos na Companhia
José Higinio Buczenko	08/01/1939	Contador	111.993.269-68	Titular	22/07/2016 25/07/2016	1 ano	Sim	nenhum
Rubens Gerigk	16/07/1966	Contador	610.072.779-04	Titular	22/07/2016 25/07/2016	1 ano	Sim	nenhum
Adrian Monge Jara	18/04/1944	Contador	297.778.107-25	Titular	22/07/2016 25/07/2016	1 ano	Sim	nenhum
João Alves de Miranda Reis	02/05/1942	Economista	002.337.739-91	Suplente	22/07/2016 -	1 ano	Sim	nenhum
Sergio Tomaz Crestani	08/08/1951	Tec. em Contabilidade	026.608.739-68	Suplente	22/07/2016 -	1 ano	Sim	nenhum
José Luiz Bussolari	05/09/1947	Consultor	096.728.507-00	Suplente	22/07/2016 -	1 ano	Sim	nenhum

B) Fornecer as informações mencionadas no item (a) em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Justificativa para o não preenchimento do quadro: A Companhia em questão não possui comitês estatutários ou comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

C) Informações sobre os membros do Conselho Fiscal.

(i) Currículo, contendo as seguintes informações:

(i.i) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos; e

(i.ii) Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

JOSÉ HIGINO BUCZENKO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Tamoios, 200, bairro Vila Isabel, CEP 80320-290, em Curitiba, Estado do Paraná. Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná, registro no CRC/PR 9018. Iniciou sua carreira no ano de 1967 como Fiscal da Previdência Social (atual receita federal), concomitantemente passou a lecionar na FAE Faculdade Católica de Administração e Economia. Concluiu diversos cursos de especialização na área de ensino técnico, contábil e fiscal durante os anos de 1970 a 1985. É membro da Academia de Ciências Contábeis do Paraná, cadeira nº 19 - *ad eternitatem* e atualmente é membro do Conselho Fiscal da Inepar S.A. Indústria e Construções, além de atuar, de forma autônoma, como consultor e perito contábil.

RUBENS GERIGK, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Orestes Codega, 1344, bairro Pinheirinho, CEP: 81.150-200, em Curitiba, Estado do Paraná. Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Santa Cruz, registro no CRC/PR 048721/O-05. Iniciou sua carreira no ano de 1983 na Inepar S.A. Indústria e Construções, tendo conhecimentos das rotinas contábeis, como elaboração e análise de balanços, fiscal, auditoria, recursos humanos, investimentos, imobilizado, diferido ativo permanente. Também foi membro do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. . CEMAT. Concluiu diversos cursos de aperfeiçoamento em ICMS/IPI/PIS/COFINS, sendo pós graduando em Auditoria e Finanças pela Faculdade Santa Cruz. Foi membro suplente do Conselho Fiscal da Inepar Energia S.A. Atualmente atua como sócio administrador na empresa Masters Assessoria Contábil Ltda.

ADRIAN MONGE JARA, chileno, casado, residente e domiciliado na Rua Estevão Bayão, 244, ap. 301, bairro Batel, CEP: 80.240-260, em Curitiba, Estado do Paraná. Diplomado como Contador no Instituto Superior de Comercio de Santiago de Chile, no ano de 1964 e inscrito no Colégio de Contadores sob nº 14.540, com experiência de mais de 35 anos como executivo nas áreas de controladoria, administração e finanças em empresas transnacionais e nacionais. Empresário a mais de 10 anos na área de consultoria, especialista e elaboração de diagnóstico empresarial e plano de ações, com atuação no planejamento estratégico e na sua implementação, preparação de *business plan*, estudos de viabilidade econômico-financeira de projetos para hidroelétricas, linhas de transmissão, telecomunicações e projetos industriais (TIR/VPL). Especialista na elaboração de laudos de avaliação econômico financeira, para determinar o valor de mercado de uma empresa, utilizando sistemática do fluxo de caixa descontado a valor presente. Membro do Conselho Fiscal Inepar S.A. Indústria e Construções (desde maio/2003) e Sócio-Administrador na BR GAAP Planejamento Empresarial (desde abril/1998). Atuando em diversos segmentos da economia, dentre os quais destacam-se as áreas de serviço e indústria; contribuição nos redirecionamentos e revitalizações de organizações, na obtenção de maior lucratividade e competitividade; planejamento e implementando ações estratégicas; facilitador para mudanças de cultura Empresarial, considerando a conjuntura global e as necessidades estratégicas específicas e operacionais de cada organização.

SÉRGIO TOMAZ CRESTANI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua General Aristides Athayde Junior, 425, apto 425, bairro Bigorriho, CEP: 80730-370, em Curitiba, Estado do Paraná. Técnico em Contabilidade. Desde janeiro de 1997 responde pela diretoria operacional da empresa ALPHA Auditores Independentes cuja carteira multidisciplinar contempla atuação nos segmentos de Indústria e Comércio, Cooperativas Agrícolas e de Saúde, Financeira, Saúde, Terceiro Setor. Foi membro do Conselho Fiscal da Inepar Energia S.A.

JOSÉ LUIZ BUSSOLARI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Pasteur, 55, ap. 61, bairro Batel, CEP 80.250-080, em Curitiba, Estado do Paraná. Bacharel em Ciências Contábeis pelo Instituto cultural Newton de Paiva Ferreira em Belo Horizonte, Minas Gerais, registro CRC-ES-T-MG 1.909. Iniciou sua carreira no ano de 1969 na Companhia Internacional da Engenharia - IESA, sendo posteriormente contratado pela Morrison-Knudsen Engenharia S.A. no período de 1969 a 1992. Após foi contratado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e Iesa Óleo e Gás S.A., tendo inclusive ocupado o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia de capital aberto Inepar Energia S.A., no período de abril/2000 a setembro/2004. Atualmente atua como consultor independente.

JOÃO ALVES DE MIRANDA REIS, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Ângelo Sampaio nº 800, Cep 80250-120, Água Verde, portador da carteira de identidade nº 560.588 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 002.337.739-91. Formado em Ciências Econômicas em 1972 pela Universidade Federal do Paraná, e formado em Administração de Empresas em 1977 pela Faculdade de Plácido e Silva em Curitiba, Estado do Paraná. Iniciou a sua carreira no ano de 1962 no Banco Mercantil do Brasil, tendo trabalhado de 1971 a 19875 no Grupo Safra BQANCO Comercial, de 1975 a 1991, trabalhou também no BADEP . Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A, e de 1975 a 19891 na TV a Cabo, de 1993 a 2003 atuou na gerência administrativa da Fundação Inepar, bem como já foi membro do Conselho Fiscal da Inepar Energia S/A e da Inepar S/A Indústria e Construções.

D) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 (cinco) anos.

(i) Qualquer condenação criminal.

Não há.

(ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas.

Não há.

(iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Não há.

E) Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores do emissor:

- **(i) Administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;**

- **(i) Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;**

- **(i) Administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras, diretas ou indiretas do emissor.**

Não aplicável.

F) Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

(i) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor.

Não aplicável

(ii) Controlador direto ou indireto do emissor.



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES *Ë* em Recuperação Judicial
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

Não aplicável.

G) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não aplicável.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (conforme item 13 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480)

Remuneração dos administradores:

A remuneração dos administradores leva em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. A Inepar S.A. Indústria e Construções . em recuperação judicial é uma Companhia de grande complexidade e porte o que requer, para sua administração, um profundo conhecimento dos seus negócios e do seu mercado, além de uma dedicação ilimitada, devendo reter e engajar os profissionais ocupantes de posições essenciais. Desta forma, o principal fator de remuneração, e que ao mesmo tempo se constitui no principal objetivo da política de remuneração adotada, é o desempenho e a evolução da Companhia, conforme planejamento estratégico estabelecido, tanto no curto como no médio e no longo prazo e de modo alinhado com o retorno aos acionistas. Assim, prioritariamente, a política de remuneração serve ao negócio da Companhia. Desta feita, os valores pagos ou creditados, mensalmente, aos administradores da Companhia, a título de remuneração (retiradas *pró-labore*), são fixados em correspondência à efetiva prestação de serviços, limitados a remuneração global anual fixada

em Assembleia Geral de Acionistas. A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria será fixada pela Assembleia geral.

a. Objetivos da política ou prática de remuneração.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa

Para os membros titulares do Conselho de Administração a remuneração considera, exclusivamente, o pagamento de uma parcela fixa mensal (honorários) com limite máximo anual aprovado em Assembleia Geral. A definição dos valores é alinhada com a prática de mercado. A remuneração fixa contratada tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia. O valor anual global da remuneração dos administradores, compreendendo os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, e dos membros do Conselho Fiscal é fixado na Assembleia geral ordinária e distribuído pelo Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa

Parcela fixa mensal, definida a partir da prática do mercado competidor, com limite máximo anual aprovado em Assembleia Geral. A remuneração fixa contratada tem o objetivo de remunerar os serviços dos diretores estatutários dentro do escopo de responsabilidade atribuído a cada um na gestão da Companhia.

Diretoria Não Estatutária

Não aplicável.

Conselho Fiscal

Remuneração Fixa

Também para os membros do Conselho Fiscal a remuneração considera apenas o pagamento de uma parcela fixa mensal (honorários), com valor mínimo previsto no parágrafo 3º do Artigo 162 da Lei 6.404/76, tendo como referência o valor da remuneração atribuída aos Diretores Executivos, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Além da remuneração, os membros em exercício do Conselho Fiscal têm direito ao reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho das suas funções. Os membros suplentes somente são remunerados nos casos em que exercem a titularidade em virtude de vacância, impedimento ou ausência do respectivo membro titular. A remuneração fixa contratada tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho Fiscal da Companhia. O reajuste da remuneração do Conselho Fiscal é realizado em função do reajuste da remuneração dos Diretores Executivos.

b. Composição da remuneração, indicando.

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Conselho de Administração/ Diretoria Estatutária/ Diretoria não Estatutária

“ Salários ou pró-labore . correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a Contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo;

“ Benefícios diretos e indiretos . correspondem benefícios diversos tais como seguro de vida em grupo e plano de saúde (somente para a Diretoria) tendo como objetivo dar melhores condições de qualidade de vida, trazendo como consequência uma satisfação na busca pelos resultados da organização.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

No caso do Conselho Fiscal a remuneração é fixa e igual para cada membro do conselho. Quanto a Diretoria Estatutária, somente o Diretor Presidente recebe a remuneração integral (fixa), enquanto os demais diretores recebem uma remuneração simbólica de um salário mínimo.

Apresentamos abaixo quadros para os 3 últimos exercícios contendo a proporção de cada elemento na remuneração total para os 3 órgãos:

PROPORÇÃO DE CADA ITEM NA REMUNERAÇÃO TOTAL - 2013			
ELEMENTOS DE REMUNERAÇÃO ⁽¹⁾	Cons. Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	8	6	5
Remuneração Fixa Anual			
Salário ou Pró-Labore	100,00%	88,95%	100,00%
Benefícios diretos e indiretos		11,05%	
Remuneração Variável			
Total da remuneração	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Os valores acima não contemplam INSS e demais encargos incorridos pela Companhia

PROPORÇÃO DE CADA ITEM NA REMUNERAÇÃO TOTAL - 2014			
ELEMENTOS DE REMUNERAÇÃO ⁽¹⁾	Cons. Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	8	4	5
Remuneração Fixa Anual			
Salário ou Pró-Labore	100,00%	77,94%	100,00%
Benefícios diretos e indiretos		22,06%	
Remuneração Variável			
Total da remuneração	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Os valores acima não contemplam INSS e demais encargos incorridos pela Companhia

PROPORÇÃO DE CADA ITEM NA REMUNERAÇÃO TOTAL - 2015			
ELEMENTOS DE REMUNERAÇÃO ⁽¹⁾	Cons. Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	8	3	5
Remuneração Fixa Anual			
Salário ou Pró-Labore	100,00%	81,16%	100,00%
Benefícios diretos e indiretos		18,84%	
Remuneração Variável			
Total da remuneração	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Os valores acima não contemplam INSS e demais encargos incorridos pela Companhia

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

O reajuste da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal é definido pela Assembleia. A Assembleia de acionistas não definiu metodologias de cálculo e de reajuste para cada elemento da remuneração que decidir fixar.

A remuneração da diretoria estatutária é regida pelos padrões da convenção coletiva da categoria preponderante da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração.

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, sua senioridade, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

A Companhia não possui indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

Não aplicável.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia.

A estratégia de remuneração fixa da Diretoria Estatutária da Companhia é baseada em práticas de mercado, o que permite a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados para a implementação e operacionalização das estratégias de negócios aprovadas pelos acionistas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

A remuneração dos diretores, com exceção do Diretor Presidente, são suportadas pelas subsidiárias.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

13.2. Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES Ë em Recuperação Judicial
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

EXERCÍCIO 2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº de membros	8	4	5	17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	116.060,00	440.258,90	177.822,40	734.141,30
Benefícios direto e indireto	-	54.665,60	-	54.665,60
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	116.060,00	494.924,50	177.822,40	788.806,90

Valor Maior Remuneração (R\$)	33.600,00	348.707,28	33.600,00
Valor Menor Remuneração (R\$)	8.136,00	8.136,00	36.541,92
Valor Médio Remuneração (R\$)	20.868,00	178.421,64	35.070,96

EXERCÍCIO 2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº de membros	8	4	5	17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	123.256,96	1.729.575,77	182.733,50	2.035.566,23
Benefícios direto e indireto	-	489.439,80	-	489.439,80
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	123.256,96	2.219.015,57	182.733,50	2.525.006,03

Valor Maior Remuneração (R\$)	36.546,72	1.130.025,24	36.546,72
Valor Menor Remuneração (R\$)	8.688,00	8.688,00	36.546,72
Valor Médio Remuneração (R\$)	22.617,36	569.356,60	36.546,72

EXERCÍCIO 2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº de membros	8	3	5	16
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.548.277,82	1.955.587,63	182.733,50	3.686.598,95
Benefícios direto e indireto	-	454.033,74	-	454.033,74
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	1.548.277,82	2.409.621,37	182.733,50	4.140.632,69

Valor Maior Remuneração (R\$)	1.223.643,70	1.066.470,44	36.540,00
Valor Menor Remuneração (R\$)	9.456,00	9.456,00	36.540,00
Valor Médio Remuneração (R\$)	616.549,85	537.963,22	36.540,00

EXERCÍCIO 2016 - PROJEÇÃO	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº de membros	8	4	5	17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.794.819,88	1.220.217,79	182.733,60	3.197.771,27
Benefícios direto e indireto	-	465.384,58	-	465.384,58
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	1.794.819,88	1.685.602,37	182.733,60	3.663.155,85

Nota: O Conselho Fiscal é composto por 5 membros, sendo que três são indicados pelo acionista controlador, 1 pelos acionistas minoritários detentores das ações ordinárias e 1 pelos acionistas preferencialistas.

13.3. Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal:

EXERCÍCIO DE 2013

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. Número de Membros	8	4	5
c. Em relação ao Bônus	Não há	Não há	Não há
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não há
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não há	Não há	Não há
d. em relação à participação no resultado	Não há	Não há	Não há
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não há
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não há	Não há	Não há

EXERCÍCIO DE 2014

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. Número de Membros	8	4	5
c. Em relação ao Bônus	Não há	Não há	Não há
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não há
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não há	Não há	Não há
d. em relação à participação no resultado	Não há	Não há	Não há
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não há
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não há	Não há	Não há

EXERCÍCIO DE 2015

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. Número de Membros	8	3	5
c. Em relação ao Bônus	Não há	Não há	Não há
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não há
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não há	Não há	Não há
d. em relação à participação no resultado	Não há	Não há	Não há
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não há
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não há	Não há	Não há

EXERCÍCIO DE 2016 (Previsão)

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. Número de Membros	8	4	5
c. Em relação ao Bônus	Não há	Não há	Não há
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não há
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não há	Não há	Não há
d. em relação à participação no resultado	Não há	Não há	Não há
i. Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
ii. Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	Não há	Não há	Não há
iii. Valor Previsto no Plano de Remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	Não há	Não há	Não há
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	Não há	Não há	Não há

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. termos e condições gerais

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

b. principais objetivos do plano

Não aplicável.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Não aplicável.

d. como o plano se insere na política de nossa remuneração

Não aplicável.

e. como o plano alinha os nossos interesses e os dos administradores a curto, médio e longo prazo

Não aplicável.

f. número máximo de ações abrangidas

Não aplicável.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável.

h. condições de aquisição de ações

Não aplicável.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável.

j. critérios para fixação do prazo de exercício,

Não aplicável.

k. forma de liquidação

Não aplicável.

l. restrições à transferência das ações

Não aplicável.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável.

n. efeitos da saída do administrador dos nossos órgãos sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável.

13.5. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, por nós emitidos, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do

Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

AÇÕES DETIDAS PELOS ADMINISTRADORES NO EMISSOR EM 31/12/2015

Participação Direta

CONSELHEIRO/DIRETOR	PARTICIPAÇÃO DIRETA						
	%			IIC			TOTAL
	ON	Classe	Total	PN	Classe	Total	
Diretoria							
Warley Isaac Noboa Pimentel	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Ricardo Woitowicz	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Irajá Galliano Andrade	4.800	0,01200%	0,0047%	28	0,0000%	0,0000%	-
Subtotal	4.800	0,01200%	0,0047%	28	0,0000%	0,0000%	4.828
Conselho Administração							
Atilano de Oms Sobrinho	252	0,0006%	0,0002%	15.441	0,0245%	0,0150%	15.693
Cesar Romeu Fiedler	-	0,0000%	0,0000%	8	0,0000%	0,0000%	8
Di Marco Pozzo	-	0,0000%	0,0000%	10	0,0000%	0,0000%	10
Irajá Galliano Andrade	4.800	0,0120%	0,0047%	28	0,0000%	0,0000%	4.828
Jauneval de Oms	-	0,0000%	0,0000%	613	0,0010%	0,0006%	613
Valdir Lima Carreiro	-	0,0000%	0,0000%	8	0,0000%	0,0000%	8
Carlos Alberto Del Claro Gloger	-	0,0000%	0,0000%	8	0,0000%	0,0000%	8
Marcelo Alves Varejão	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Subtotal	5.052	0,0126%	0,0049%	16.116	0,0255%	0,0156%	21.168
Conselho Fiscal							
José Higino Buczenko	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Rubens Gerigk	-	0,0000%	0,0000%	35	0,0001%	0,0001%	35
Adrian Monge Jara	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Camille Curi	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Arthur Tornatore Siessere	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Subtotal	-	0,0000%	0,0000%	35	0,0001%	0,0001%	35
QUANTIDADE TOTAL DAS AÇÕES	39.892.065			63.136.159			103.028.224

Participação Indireta

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES Ë em Recuperação Judicial
CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06

CONSELHEIRO/DIRETOR	PARTICIPAÇÃO DIRETA						
	%			IIC	%		
	ON	Classe	Total	PN	Classe	Total	TOTAL
Diretoria							
Warley Isaac Noboa Pimentel	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Ricardo Woitowicz	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Irajá Galliano Andrade	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Subtotal	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Conselho Administração							
Atilano de Oms Sobrinho	6.540.773	16,3962%	6,3485%	270	0,0004%	6,3488%	6.541.043
Cesar Romeu Fiedler	801.085	2,0081%	0,7775%	33	0,0001%	0,7776%	801.118
Di Marco Pozzo	910.687	2,2829%	0,8839%	38	0,0001%	0,8840%	910.725
Irajá Galliano Andrade	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Jauneval de Oms	3.535.262	8,8621%	3,4314%	146	0,0002%	3,4315%	3.535.407
Valdir Lima Carreiro	568.323	1,4247%	0,5516%	24	0,0000%	0,5516%	568.347
Carlos Alberto Del Claro Gloger	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Marcelo Alves Varejão	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Subtotal	12.356.130	30,9739%	11,9930%	510	0,0008%	11,9934%	12.356.640
Conselho Fiscal							
José Higino Buczenko	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Rubens Gerigk	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Adrian Monge Jara	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Camille Curi	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Arthur Tornatore Siessere	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
Subtotal	-	0,0000%	0,0000%	-	0,0000%	0,0000%	-
QUANTIDADE TOTAL DAS AÇÕES	39.892.065			63.136.159			103.028.224

13.6. Remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações

13.7. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 Ë tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não aplicável.

13.10. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários:

Não aplicável.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Nº de membros	3	4	4	8	8	8	5	5	5
Valor da maior remuneração R\$	1.066.470,44	1.130.025,24	348.707,28	1.223.643,70	36.546,72	33.600,00	36.540,00	36.546,72	33.600,00
Valor da menor remuneração R\$	9.456,00	8.688,00	8.136,00	8.688,00	8.688,00	8.136,00	36.540,00	36.546,72	36.541,92
Valor médio da remuneração R\$	537.963,22	569.356,60	178.421,64	22.617,36	22.617,36	20.868,00	36.540,00	36.546,72	35.070,96

13.12. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há apólices de seguro contratadas que estruturam instrumentos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

O quadro abaixo detalha o percentual de remuneração por órgão que são partes relacionadas

Órgão	2015	2014	2013	2012
Conselho Administrativo	49,00%	50,00%	21,09%	21,30%
Diretoria Estatutária	46,02%	54,61%	1,64%	25,70%

13.14. Remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, recebido por qualquer razão que não a função que ocupam
Não aplicável.

13.15. Remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal reconhecida no resultado de controladores diretos e indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia

2013	Cons. Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores Diretos e Ind.	-	3.570.558,04	-
Controladas do emissor	64.680,00	4.001.345,43	-
Soc. Sob Controle Comum	-	-	-
Total Remuneração	64.680,00	7.571.903,47	-

2014	Cons. Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores Diretos e Ind.	52.128,00	1.729.575,77	-
Controladas do emissor	69.504,00	5.523.757,94	-
Soc. Sob Controle Comum	-	-	-
Total Remuneração	121.632,00	7.253.333,71	-

2015	Cons. Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Controladores Diretos e Ind.	1.475.184,38	1.955.587,63	-
Controladas do emissor	37.824,00	4.196.303,19	-
Soc. Sob Controle Comum	-	-	-
Total Remuneração	1.513.008,38	6.151.890,82	-

13.16. Outras informações relevantes

DÍVIDA TRIBUTÁRIA

Em 25/08/2014, a empresa com base na Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, solicitou os parcelamentos dos débitos junto a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e débitos junto a Receita Federal do Brasil nas modalidades de débitos previdenciários e demais débitos.

Os efeitos contábeis dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 12.996, estão sendo reconhecidos neste exercício tendo em vista que a empresa, por questões financeiras, não apresentou, em agosto de 2014, os recolhimentos das antecipações.

Para quitação das antecipações de até 20% previstas no Programa Refis da Lei 12.996, em 27 de julho de 2015 a Inepar obteve decisão judicial favorável quanto à utilização de créditos depositados judicialmente pela empresa AHI (Andritz Hidro Inepar).

A consolidação dos débitos tributários no âmbito da Receita Federal do Brasil foi efetuada em setembro de 2015, conforme instruções da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1064 de 30 de julho de 2015 e os demais débitos previdenciários ainda serão consolidados. Para liquidação dos juros e multas foram utilizados créditos com base no prejuízo fiscal e base negativa de CSLL nos montantes de R\$ 58.341 e R\$ 21.003 respectivamente.

O valor de R\$ 181.850, referente ao total dos débitos inclusos no Parcelamento Especial da Lei 12.996/14 está composto pelas Companhias:

EMPRESAS	VALOR (R\$ mil)
Inepar S.A. Indústria e Construções	41.070
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	111.015
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	29.765
TOTAL	181.850

Destaques das Medidas de reestruturação operacional:

(i) Integração das atividades de administração . o Grupo INEPAR, ao longo dos últimos anos, manteve as atividades de administração de cada uma de suas empresas de forma segregada e, por consequência dessa decisão, o Grupo mantinha um quadro elevado de funcionários. A partir do segundo semestre de 2014, a companhia iniciou o processo de integração dessas atividades, com consolidação desse processo em 2015, obtendo resultados satisfatórios. Foi promovida uma adequação do quadro funcional, compatível com a situação de mercado e carteira de encomendas da empresa, propiciando sensível redução nas despesas administrativas.

(ii) Melhoria contínua dos processos . Todas as metas do processo produtivo foram revistas, visando garantir um melhor controle, acompanhamento e visibilidade dos processos e recursos. Com isso, sabemos da necessidade de investimentos, e iniciamos pelos que demandam poucos recursos financeiros. Algumas ações previstas para ganho de produtividade e otimização de recursos são: (a) maior rigidez e controle das atividades, (b) fusão de departamentos e (c) modernização e substituição de maquinários obsoletos.